

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.137

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 2022

R\$ 6,00

ENTREVISTA DA 2ª Luiz Chrysostomo R\$ 1 trilhão em privatização é ficção eleitoral

Um dos criadores do Programa Nacional de Desestatização, Luiz Chrysostomo diz ter dúvidas de que Lula (PT) e Bolsonaro (PL) darão prioridade ao tema. "Infelizmente, pois está ligado a novo momento de crescimento do país. E novo ciclo de investimentos não será estatal." A14

PF impede fraude no INSS de quase R\$ 500 mi

O esquema poderia chegar a R\$ 486 milhões em pagamentos de benefícios, como o auxílio-reclusão, cujo objetivo é proteger parentes de presidiários.

Segundo os agentes, as supostas fraudes foram realizadas por meio de senhas de 29 servidores do INSS. Os códigos teriam sido hackeados. Mercado A15

Bolsonaro leva ato de campanha ao funeral da rainha

Em Londres para acompanhar o enterro da rainha Elizabeth 2ª nesta segunda (19), o presidente discursou a apoiadores. Disse que ganhará no primeiro turno e ainda comparou o preço da gasolina inglesa ao da brasileira. Mundo A12

Bebês de até 1 ano terão prioridade na vacina da Pfizer

Cotidiano B4

Tráfico volta a montar barracas na cracolândia

Quatro meses após a expulsão de usuários de praça no centro de São Paulo, crack continua sendo comercializado. Cotidiano B3

Bia Braune Refrigerante é ressaca moral

A vida de adultos viciados nesse tipo de bebida é uma eterna ressaca moral de sabor tutti frutti. Somos considerados a escória líquida dos bebedores sociais, humilhados por aqueles que rotulam o nosso paladar de infantil. Ilustrada C5

EDITORIAIS A2

Respiro econômico
Acerca de bom desempenho da atividade no país.

Hungria autoerática
Sobre embate entre o regime de Viktor Orbán e a UE.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Jovens jaminawas estudam em sala de aula improvisada desde que a escola desabou por falta de manutenção na aldeia Extrema, no Acre. Laio de Almeida/Folhapress



O presidente Jair Bolsonaro, a primeira-dama, Michelle, e o pastor Silas Malafaia no velório de Elizabeth 2ª. Chip/SomedeVila/APP

Demarcação zero agrava abandono em terras indígenas

Série de reportagens mostra as consequências de políticas do governo Bolsonaro e a ação de grileiros e traficantes

O governo Bolsonaro é o primeiro a zerar demarcações de terras indígenas, segundo consultas ao Diário Oficial e dados de Conselho Indigenista Missionário e Instituto Socioambiental. O presidente cumpriu a promessa e a renovou, caso reeleito: "Não terá um centímetro quadrado demarcado".

A situação dos jaminawas, no Acre, informa Vinicius Sassine, mostra as consequências da política de zero demarcação. Estão jogados à própria sorte, numa terra não demarcada, apesar de decisão judicial de 2016 que deu prazo de seis meses para finalizar o processo. A Funai não se pronunciou.

A Folha percorreu 6.000 km, esteve em sete terras indígenas na Amazônia, cinco não demarcadas — e constatou invasões por madeireiros, pescadores e grileiros, lideranças ameaçadas de morte e conflitos internos. As histórias serão contadas em cinco capítulos, um por semana. Política A4 e A5

Presidente deixa dívida maior e gastos repesados

Jair Bolsonaro (PL) encerrou seu mandato com um país mais endividado do que encontrou em 2019 e um estoque de despesas repesadas que vai impulsionar ainda mais o indicador da dívida brasileira a partir de 2023. Mercado A16

País tem recorde de candidaturas de religiões afro

As eleições terão um recorde de candidatos ligados às religiões de matriz africana, indica levantamento da Folha. São ao menos 29 líderes do candomblé e da umbanda concorrendo — mais do que padres e freis (14). Política A10

Federais prendem homem acusado de xingar Lula

A queixa da PF que segurança do petista deteve um homem de 50 anos, em Montes Claros (MG), sob a acusação de ter xingado o ex-presidente de "ladrão", "safado" e "sem-vergonha". Levado a delegacia, acabou liberado. Política A7

Ilustrada C1

Modernização de capitais é tema de mostra no IMS

Esporte B5

CBF quer que Nike pague royalties por camisas da seleção

semináriosfolha

WEBINAR

Proposta Saúde São Paulo

Visão de futuro para a saúde no Estado de São Paulo

AMANHÃ 10h

Assista ao vivo em folha.com/proposta-saude-sp

Saiba mais na página A11

Janssen

Série Eleições na Internet analisa o impacto das redes

Política A10



Aponte a câmera no código e baixe o novo app da Folha

ISSN 1014-5722 3 4 1 3 7
9 771414 572025

política eleições 2022

PAINEL

Fábio Zanini

painele@grupofolha.com.br

Contabilidade criativa

A direção nacional do PL destinou R\$ 11 milhões do Fundo Eleitoral para a candidata a vice-governadora de Pernambuco Izabel Urquiza, valor que supera o total transferido para a campanha do presidente Jair Bolsonaro, que recebeu R\$ 10 milhões do partido. Urquiza é vice na chapa de Anderson Ferreira, candidato do PL ao governo do estado. Apesar de terem sido enviados a ela, os recursos aparecem na prestação de contas de Ferreira, que, na prática, vai gerir o dinheiro.

UNIDOS Questionada sobre por que o dinheiro repassado pelo partido aparece na prestação de contas de Anderson Ferreira, Izabel Urquiza disse que a chapa é uma só. "A candidatura é única, indivisível: governador/vice-governadora", afirmou via assessoria.

BURLA Os partidos são obrigados a transferir ao menos 30% de recursos do fundo para financiar campanhas de mulheres, obrigação legal criada para estimular a participação feminina na política. Como forma de driblar a exigência, legendas costumam destinar recursos a candidatas, mas que acabam geridos por homens. O PL não quis se manifestar.

CHORORÔ O primogênito de Bolsonaro, Flávio, se queixa publicamente da falta de recursos para financiar a campanha do pai à reeleição. Em vídeo postado em 6 de setembro, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que os recursos públicos para financiamento de campanha do partido não são suficientes.

COFRE CHEIO Ely Santos, candidata a uma vaga na Câmara dos Deputados e irmã do prefeito cassado de Embu das Artes (região metropolitana de São Paulo), Ney Santos, já recebeu R\$ 2,5 milhões do Republicanos, partido de Tarcísio de Freitas. Em 31 de agosto, a Folha mostrou que a candidata tinha recebido R\$ 625 mil da direção estadual da legenda.

ZERO PROBLEMA O Republicanos diz que o registro da candidatura de Ely Santos foi deferido pelo Tribunal Regional Eleitoral e que o valor deve-se à força de sua candidatura.

AZEDOU A ofensiva da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo voto útil pode levar o MDB de Simone Tebet a liberar seus filiados no 2º turno, afirmam aliados da presidenciável. A aliados, a senadora afirma que a postura do PT pode inviabilizar o eventual apoio do MDB em um 2º turno.

CONTRÁRIOS Isso porque, na avaliação de Tebet, a nova bancada do partido deve ser composta por uma maioria que rivaliza com a legenda de Lula. Apesar disso, é improvável que o MDB apoie Jair Bolsonaro, principal adversário de Lula nas eleições. O estilo do presidente e a apologia à Ditadura Militar são vistos como entraves pelo partido dirigido por Boleia Rossi (SP).

ISENTOS Tucanos também avaliam que o PSDB deverá seguir o caminho da neutralidade para contemplar alas pró-Lula e pró-Bolsonaro. Reservadamente, integrantes do partido afirmam ser quase impossível o PSDB se posicionar tanto para o lado de Lula quanto para as bandas de Bolsonaro.

AQUINÃO A coligação de Lula entrou com uma representação junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para impedir que Bolsonaro faça uso eleitoral de sua viagem a Londres, onde está para participar funeral da rainha Elizabeth 2ª.

RESPEITO A campanha afirma que Bolsonaro "confunde as figuras de Presidente da República com a de candidato à reeleição". Os advogados pedem que o presidente seja impedido de usar como propaganda eleitoral qualquer vídeo, fotografia ou material da viagem.

com Guilherme Seto, Juliana Braga e Danielle Brant

Cláudio

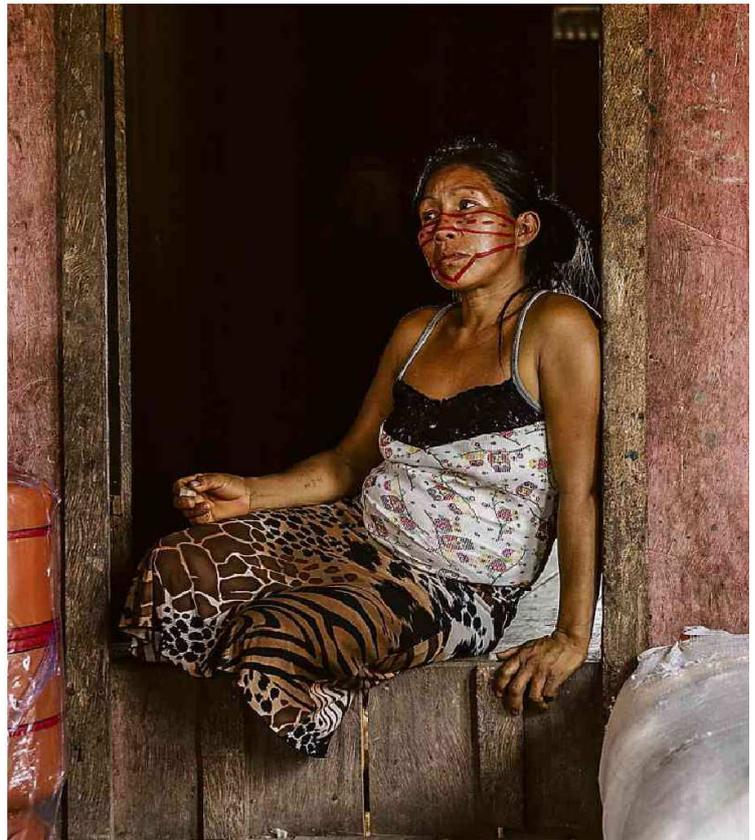


GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90	R\$ 39,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Assinatura semestral*
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6	R\$ 827,90
DF, SC	R\$ 7	R\$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 7,50	R\$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 11,50	R\$ 1.429,90
Outros estados	R\$ 12	R\$ 1.764,90

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
349.464 exemplares (julho de 2022)



Mulher na aldeia Extrema, na Terra Indígena Jaminawa do Rio Caeté (AC) Fotos Lalo de Almeida/Folhapress

Sem demarcação, terras indígenas sofrem com invasões e ação de facções

Folha publica série sobre consequências de políticas de Bolsonaro; jaminawas, no Acre, revivem conflitos pela ação de traficantes

NEM UM CENTÍMETRO DEMARCADO

Vinício Sassine e Lalo de Almeida

SENA MADUREIRA (AC) Uma história cheia de curvas. Assim indígenas da Funai (Fundação Nacional do Índio) definiram a trajetória dos jaminawas, habituados a conflitos internos e a longas peregrinações na Amazônia.

Os jaminawas mantêm as lembranças de mortes em enfrentamentos entre famílias. Peregrinaram por reconciliação e sobrevivência, até serem acomodados pelo Estado numa terra — a Jaminawa do Rio Caeté — em 1997, permitindo um armistício para o que os indígenas chamaram de "guerras intertribais".

Agora, 25 anos depois, no interior do Acre, os conflitos entre os jaminawas têm outra origem: jovens de aldeias distintas são cooptados pelas maiores facções criminosas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O PCC e o Comando Vermelho estão em Sena Madureira (AC), a cidade mais próxima da terra indígena Jaminawa do Rio Caeté. São 80 km de distância — ou, em média, três horas e meia de carro por uma estrada de terra acidentada, mesmo período gasto quando é possível pegar um barco, na época de cheia.

As facções cooptaram jovens jaminawas, como descreveram à Folha três pais de indígenas presos na penitenciária da cidade por suspeita de tráfico de drogas. São oito prisões recentes, segundo os relatos à reportagem feitos dentro de uma casa simples de

madeira e teto de palha, na aldeia principal do território.

Por integrarem grupos rivais, não podem dividir celeiros, e os familiares têm de se organizar para visitas em dias distintos. Nas aldeias, quando em liberdade, esses indígenas não se encontram mais.

Em meio ao avanço das facções nos últimos cinco anos, os jaminawas estão jogados à própria sorte, numa terra indígena sem demarcação. Não há reconhecimento da ocupação, delimitação e acompanhamento consistente ou fiscalização contra invasões por órgãos como a Funai.

Aldeias da Jaminawa do Rio Caeté não têm energia, água potável e escolas — a escola da aldeia principal ruí. Em espaços improvisados, o ensino só existe até o quarto ano do ensino fundamental.

O abandono ocorre apesar da existência de uma decisão da Justiça Federal que determinou à Funai a conclusão do

relatório sobre a ocupação territorial feita pelos jaminawas, para fins de demarcação. A decisão foi proferida em dezembro de 2016. O prazo dado era de seis meses. Nada foi feito.

Documentos mostram que a Funai, no governo de Jair Bolsonaro (PL), só reconstituiu um grupo técnico, para elaboração do relatório, em fevereiro de 2022. Este é o início de um burocrático processo que pode culminar na demarcação.

A situação da terra Jaminawa do Rio Caeté evidencia as consequências da política de Bolsonaro de barrar toda e qualquer demarcação. A homologação desse processo passa pela caneta do presidente, que cumpriu a promessa e a renovou, em caso de reeleição: "Não terá um centímetro quadrado demarcado".

A redução de demarcações é progressiva ao longo dos últimos mandatos presidenciais,

Continua na pág. A5

SÉRIE DE REPORTAGENS

Repórteres da Folha viajaram pela Amazônia, em territórios indígenas, para registrar e relatar as consequências da política do governo Jair Bolsonaro (PL) de zerar demarcações no país. As histórias serão contadas em cinco reportagens, publicadas uma por semana até a segunda quinzena de outubro

Demarcações de terras indígenas por presidente

Presidente	Quantidade	Média por ano	Tempo de mandato
Sarney	67	13	5 anos
Collor	112	56	2 anos e 7 meses
Itamar	18	9	2 anos
FHC	145	18	8 anos
Lula	79	10	8 anos
Dilma	21	5	5 anos e 5 meses
Temer	1	0,5	2 anos e 4 meses
Bolsonaro	0	0	3 anos/até hoje*

*Setembro de 2022. Fonte: Cimi (Conselho Indigenista Missionário)



O percurso feito pela reportagem da Folha



- 1 Repórter e fotógrafo foram de Manaus a Tefé (AM) em voco comercial
- 2 Num barco, a equipe visitou duas terras não demarcadas: Porto Praia e Boará Boarazinho, a menos de 30 minutos do porto da cidade
- 3 Pelo rio Solimões, numa lancha comercial, a reportagem foi de Tefé a Fonte Boa (AM), distantes 180 km (6 horas de viagem)
- 4 A primeira terra visitada, Boca do Mucura, fica numa ilha em frente a Fonte Boa. A segunda, Santa União, está a três horas de barco a partir do porto da cidade
- 5 A equipe retornou a Tefé, de lancha comercial, e a Manaus, de avião
- 6 De Manaus, os repórteres seguiram para Presidente Figueiredo (AM), pela BR-174. A cidade é a mais próxima da terra Waimiri Atoari. Até as aldeias visitadas, são mais 120 quilômetros
- 7 De volta a Manaus, os repórteres voaram a Porto Velho. De lá, viajaram até Lábrea (AM). Passaram pela BR-319 e pela Transamazônica (BR-230), um percurso de 400 quilômetros. A terra indígena visitada foi a Caititu
- 8 Feito o percurso de volta a Porto Velho, a equipe seguiu para Sena Madureira (AC), pela BR-364 (mais 650 quilômetros)
- 9 A terra indígena Jaminawa do Rio Caeté, na seca, é acessada apenas por terra. São 80 quilômetros a partir de Sena Madureira. Por ser a maior parte estrada de chão e por existirem 58 porteiros, percurso dura 3 horas e meia.
- 10 Os repórteres voltaram de carro a Rio Branco (140 quilômetros). E voaram para Manaus e São Paulo

rio, a origem do grupo está no Peru. Antepassados viviam pacificamente numa aldeia, até o aparecimento de "caucheiros peruanos" —seringueiros. "Nasci num seringal, entre os rios Acre e Iaco", diz Antônio Jaminawa, um dos pioneiros da terra. "No seringal, cortava, derrubava e carregava seringa. Aí mataram meu irmão, em briga de parente, e deixei o lugar. Era para ser eu, ele morreu por engano."

A escolha do território, cujo suposto dono tinha dívidas com a União, deu-se porque jaminawas trabalharam para seringueiros do lugar, segundo Manoel Jaminawa, assistente de saúde indígena. Ele estava com Antônio na expedição de busca pela terra, em 1997. Tinha 19 anos. Famílias inteiras aguardavam o desfecho para prosseguir para a região.

Com aval da Funai, os jaminawas se instalaram. Lá, eles mantêm os hábitos de caça, pesca e cultivo de macaxeira e banana. As famílias reconquistaram uma convivência mais harmônica, que havia se perdido por uma sucessão de acontecimentos: a chegada dos caucheiros do Peru, o alcoolismo em aldeias brasileiras, a dependência de esmolas nas esquinas de Rio Branco.

A demarcação nunca saiu. A medida permitiria ações de fiscalização contra invasores. A terra é vizinha da reserva extrativista Cazumbá-Iracema, criada em 2002, cinco anos após a chegada dos jaminawas. A reserva é salpicada de propriedades rurais, onde se cria gado, e tem longas faixas de degradação.

A convivência entre os dois lados já foi conflituosa. Uma história repetida à exaustão é o assassinato de um indígena por um policial em Sena Madureira, durante disputa com um extrativista. As duas partes brigavam por terra. "Tem gente na reserva que não gosta de nós, não gosta de índio", diz Antônio Pedro Jaminawa, que era sogro da vítima.

A corrida na Jaminawa do Rio Caeté, hoje, é pela inclusão da produção de banana e macaxeira no cardápio da merenda nas escolas estaduais e pela construção de escolas nas aldeias sem salas de aula e sem turmas a partir do quinto ano do ensino fundamental. O entendimento nas comunidades é o de que a demarcação as colocaria no mapa do Estado brasileiro.

Os indígenas vivem com medo das facções. Relatam ameaças, casas queimadas e trocas de tiros nos outros territórios onde há jaminawas em Sena Madureira, também sem demarcação —São Paulino e Caiapuçá. O medo se estende às casas de palafita nas franjas do município, mantidas pelos indígenas.

Um pai resume assim a realidade do filho preso na cidade, suspeito de envolvimento com uma facção: "Meu filho caçava, pescava, fazia roça na aldeia. Na cidade, fica desamparado. Ele quer voltar para cá."

A reportagem contou com apoio da Amazon Rainforest Journalism Fund, em parceria com Pulitzer Center

Terra indígena



Continuação da pág. A4

mas Bolsonaro é o primeiro a zerar tanto as declarações de posse —atos que antecedem as homologações— quanto as demarcações definitivas, segundo consultas ao Diário Oficial da União e dados levantados por Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e ISA (Instituto Socioambiental).

Decisões da Justiça Federal não são cumpridas. Em 2018, ano em que Bolsonaro foi eleito, havia 54 decisões determinando o avanço dos processos de demarcação, diante da histórica letargia da Funai. Na reta final do mandato, após recursos na Justiça, 20 processos seguem na fase de reivindicação; 35, em estudo; 3, em reestudo; e apenas 1 está em fase de declaração de posse.

O banco de dados da Funai registra 417 terras indígenas homologadas e regularizadas. Outras 235 têm processos em andamento, o que totaliza 652. Quando se incluem todas as reivindicações, o que é compilado ano a ano pelo Cimi, são 1.305 terras indígenas, o dobro do que é levado em conta pela Funai.

Procurado, o órgão não respondeu aos questionamentos. Ao colocar em prática a política do "nem um centímetro", Bolsonaro estabeleceu um padrão para esses territórios. A Folha percorreu 6.000

km, esteve em sete terras indígenas na Amazônia —cinco não demarcadas e duas demarcadas, que sofrem consequências dessa política— e constatou uma realidade comum, em escalada cada vez mais grave: invasões por madeireiros, pescadores, caçadores e grileiros; lideranças ameaçadas de morte; e conflitos internos insuperáveis.

A ausência quase total da Funai, com a consequente ampliação de frentes de vigilância pelos próprios indígenas, também é uma constante. A reportagem teve acesso a documentos de processos administrativos por meio da Lei de Acesso à Informação e consultou ações com decisões a favor das demarcações.

Na Jaminawa do Rio Caeté, os indígenas preservam a língua pano e pouco usam o português. Em cinco aldeias, em que antes existiam dois seringais, vivem 240 indígenas. Eles chegaram à terra em 1997, pelas mãos do Estado —mais especificamente por iniciativa da Funai—, depois de um histórico de mendicância em Rio Branco, a 140 quilômetros de Sena Madureira.

Antes da capital do Acre, os indígenas viviam em terras em Assis Brasil (AC), na fronteira com Peru e Bolívia. Segundo indigenistas que auxiliaram as famílias na busca por territó-



No alto, pichação de facções (PCC e Bonde dos 13) na parede de casa em Sena Madureira (AC); acima, jovem usa telefone público na aldeia Extrema, na terra indígena Jaminawa do Rio Caeté

Prudential

Conheça o que a **Franquia Prudential** pode oferecer.

- Seguradora global, **sólida e líder** de mercado no Brasil.
- Reconhecimentos internacionais. Possibilidade de faturamento expressivo e **payback inferior a 6 meses.**
- Empreender com propósito de **ajudar a mudar a vida das pessoas.**

Conheça mais: prudentialdobrasil.com.br/sejaumfranqueado